SUGAR EXPRESS TRANSPORTES S.A.

CNPJ nº 11.896.499/0001-83

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2011. A Diretoria coloca-se à disposição dos Senhores Acionistas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que eventualmente considerem necessários.

São Paulo, 20 de junho de 2011

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL PARA O PERÍODO DE 12 MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO (Em milhares de reais)

Ativos	Nota	2011
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.119
Contas a receber de clientes	7	48
Impostos a recuperar	8	97
Outros créditos	10	81
Total do ativo circulante		1.345
Ativo não circulante		
Imobilizado		25
Total do ativo não circulante		25
Total dos ativos		**1.370**

Passivos	Nota	2011
Outras contas a pagar	10	143
Total do passivo circulante		143
Passivo não circulante		
Partes relacionadas	9	1.301
Total do passivo não circulante		1.301
Passivo a descoberto	11	
Capital social		50
Prejuízo acumulado		(124)
Total do passivo a descoberto		(74)
Total dos passivos e do passivo a descoberto		1.370

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O PERÍODO DE 12 MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO (Em milhares de reais)

	Nota	2011
Receita		4.210
Custo das vendas	12	(4.166)
Lucro bruto		44
Despesas administrativas		(49)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(5)
Receitas financeiras		33
Despesas financeiras		(152)
Financeiras líquidas		(119)
Prejuízo do período		(124)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Companhia é uma Sociedade Anônima, com sede social na cidade de Ribeirão Preto à Rua Peru, 2.400, sala 01, Distrito Industrial Coronel Quito Junqueira - Ribeirão Preto/SP - CEP 14075-310, estado de São Paulo. A Companhia foi constituída em 05 de abril de 2010 e tem as seguintes atividades preponderantes em seu objetivo social: • Transportadora rodoviária de cargas secas e líquidas de produtos perigosos, em todo o território nacional, mediante caminhões próprios e/ou de terceiros; • Atuação como operadora de transporte multimodal; • Recebimento, entrega, desembarque e movimentação de cargas e de mercadorias em geral; • A participação em outras sociedades.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade: As presentes demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) *Brazilian Generally Accepted Accounting Principles.* ***b. Base de mensuração:*** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. ***c. Moeda funcional e de apresentação:*** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. ***d. Uso de estimativas e julgamento:*** A preparação das demonstrações financeiras está de acordo com as normas emitidas pelo CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão relacionadas ao imobilizado.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia para o período apresentado nestas demonstrações financeiras, exceto em casos indicados em contrário. ***a. Instrumentos financeiros: (****i) Ativos Financeiros não Derivativos:* A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: Contas a receber de clientes e Outros créditos. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação ou considerados de liquidez imediata. *(ii) Passivos financeiros não derivativos:* A Companhia reconhece seus passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. *(iii) Capital social:* Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. Os dividendos adicionais propostos devem ser aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia e são reconhecidos no Patrimônio Líquido sobre esta rubrica, se deliberados antes do final do exercício. ***b) Imobilizado:*** *(i) Reconhecimento e mensuração:* Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo do imobilizado inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que essas sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de abril de 2009 ou data posterior. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. *(ii) Depreciação:* A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média anual ponderada estimada para veículos é de 20%. O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. ***c) Redução ao valor recuperável (Impairment):*** *(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis):* Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se houver evidência de que tenha ocorrido um evento de perda após o reconhecimento inicial do ativo, e que o evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperáve l de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado do exercício e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos por meio da reversão do desconto. Quando um evento subseqüente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. *(ii) Ativos não financeiros:* Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não sejam estoques são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGCs a qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas nas sobras e perdas do exercício. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base "*pro rata*". Para os ativos que apresentam perdas de valor recuperável, que tenham sido reconhecidos em períodos anteriores, novas avaliações são feitas a cada data de apresentação das demonstrações financeiras, para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. ***d. Receita operacional:*** A receita de serviços é reconhecida à medida em que os serviços são prestados. ***e. Receitas financeiras e despesas financeiras:*** As receitas financeiras abrangem, substancialmente, receitas de juros de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, substancialmente, despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos. ***f. Imposto de renda e contribuição social:*** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

4. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. *(i) Contas a receber de clientes:* O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. *(ii) Passivos financeiros não derivativos:* O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

5. Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral: A Companhia está exposta aos riscos de crédito, liquidez e operacional. Esses riscos são permanentemente monitorados, visando mitigá-los. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados. Os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessa demonstração financeira. ***Risco de crédito:*** É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento. ***Risco de liquidez:*** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. ***Risco operacional:*** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos de negócios, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é monitorar os potenciais riscos operacionais visando mitigar ao máximo a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e continuidade de seus negócios, buscando assim, a eficácia de custos evitando procedimentos de controle que não são eficazes.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PASSIVO A DESCOBERTO PARA O PERÍODO DE 12 MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO (Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízo acumulado	Total
Em 05 de abril de 2010	50	–	50
Prejuízo do período	–	(124)	(124)
Em 31 de março de 2011	50	(124)	(74)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO DE 12 MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO (Em milhares de reais)

	2011
Prejuízo do período	**(124)**
Ajustado por:	
Depreciação e amortização	5
Variações nos ativos e passivos	
Aumento de contas a receber de clientes	(48)
Aumento em partes relacionadas	1.301
Aumento em impostos a recuperar	(97)
Aumento em outros créditos	(81)
Aumento em outras contas a pagar	143
Caixa líquido (usado nas) gerado pelas atividades operacionais	1.099
Fluxos de caixa das atividades de investimento	
Integralização de capital	50
Aplicação de recursos em imobilizado	(30)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**20**
Acréscimo líquido em caixa e equivalentes de caixa	**1.119**
Demonstração da variação em caixa e equivalentes de caixa	
No final do período	1.119
No início do período	–
	1.119

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2011
Caixa	96
Aplicações financeiras	1.023
Total	**1.119**

Os saldos de aplicações financeiras são representados por títulos de renda fixa remunerados substancialmente a 100% da variação de CDI - Certificado de Depósito Interbancário, possuindo liquidez diária e a possibilidade de resgate imediato.

7. Contas a receber de clientes

	2011
Clientes no país	48
Total	**48**

As contas a receber de clientes são classificadas como recebíveis demonstrados ao custo amortizado.

8. Impostos a recuperar

	2011
PIS	4
COFINS	17
IRPJ	52
CSLL	24
Total	**97**

9. Partes relacionadas

As operações com partes relacionadas decorrem de transações com a Companhia e suas relacionadas, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

	2011
Passivo não circulante	
Contrato de mútuo	
Copersucar S.A.	1.301
Total	**1.301**

10. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados como seguem:

	2011
Instrumento financeiro designados pelo valor justo por meio do resultado	
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	1.119
Empréstimos e recebíveis	
Contas a receber de clientes	48
Outros créditos	81
Passivos mantidos pelo custo amortizado	
Partes relacionadas	1.301
Outras contas a pagar	143

Valor justo: Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	2011	
	Valor contábil	Valor justo
Instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado		
Ativos:		
Caixa e equivalentes de caixa	1.119	1.119
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes	48	48
Outros créditos	81	81
Passivos mantidos pelo custo amortizado		
Partes relacionadas	1.301	1.301
Outras contas a pagar	143	143

Hierarquia de valor justo: A Companhia tem seus instrumentos financeiros de caixa e equivalentes de caixa classificados no Nível 1 em 31 de março de 2011, com base na hierarquia de valor justo apresentada abaixo: • Mensurações de valor justo de Nível 1: são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Mensurações de valor justo de Nível 2: são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços); • Mensurações de valor justo de Nível 3: são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

11. Capital social

O capital social está representado por 50.000 ações ordinárias nominativas,sem valor nominal, distribuídas em 49.995 ações para a Copersucar S.A. e 5 ações para a Copersucar Armazéns Gerais S.A.

12. Despesas por natureza

Os custos da Companhia são compostos substancialmente por operações de subcontratação e intermediação de fretes.

13. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros com averbação mensal de acordo com os transportes realizados. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

14. Eventos Subseqüentes

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 20 de junho de 2011.

DIRETORIA

Luís Roberto Pogetti
Diretor Presidente

Paulo Roberto de Souza
Dirtor Superintendente

Luis Felipe Schiriak
Diretor

Soren Hoed Jensen
Diretor

Mauricio de Mauro
Diretor

Carlos Cavalcante Guimarães
CRC-TC - 1SP194441/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Conselheiros
da Sugar Express Transportes S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Sugar Express Transportes S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa, para o período de 12 meses findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sugar Express Transportes S.A. em 31 de março de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 12 meses findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Carlos, 20 de junho de 2011

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

André Luiz Monaretti
Contador CRC 1SP160909/O-3